

Empresários propõem dia de protesto

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Um dia nacional de protesto. Esta foi uma das propostas votadas e aceitas por unanimidade pelos empresários integrantes da subcomissão "A empresa e o momento político", do Congresso Nacional das Associações Comerciais.

A sugestão, que será encaminhada hoje para votação na sessão plenária do Congresso e pretende mobilizar o empresariado do País para um dia de manifestações de protesto contra a política econômica do Governo, através das 1.050 associações comerciais distribuídas pelos Estados e Municípios. Os empresários decidiram que a forma de protesto das associações será definida pelo Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), Ruy Barreto.

SINAL DOS TEMPOS

Também naquela subcomissão os empresários foram unânimes em defender eleições diretas para Presidente da República. Na subcomissão que analisou o momento econômico, alguns empresários chegaram a defender a mudança da atual equipe econômica do Governo. Uma questão muito discutida foi a necessidade de redução do déficit público, para a qual serão hoje aprovadas sugestões.

Tratando-se por companheiros quase que o tempo todo, os empresários fizeram exposições acaloradas em defesa da valorização dos parlamentares, como veículo para defesa da empresa nacional. O próprio Presidente da CACB, Ruy Barreto, admitiu que será surpresa para ele, caso o Governo Federal venha a adotar alguma das sugestões que os empresários colocarão, hoje, em documento. Barreto acha que a grande receptividade ocorrerá no Congresso Nacional.

BANCO DE MULHERES

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — Presidente do Conselho Permanente Mulher Executiva da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Ana Lúcia Sartori Maia, apresentou uma proposta para a criação do Banco Brasileiro das Mulheres (BBM), à exemplo de instituição similar já em operação nos Estados Unidos. Quinze empresárias cariocas estão presentes ao Congresso, além de duas de São Paulo e dez de Minas Gerais.

Segundo Ana Lúcia Sartori Maia, o banco por ela proposto não teria cunho comercial, mas social, direcionado ao atendimento de pequenas e médias empresárias e outras mulheres que encontram dificuldade de acesso ao sistema financeiro convencional, por não terem aval ou bens declarados.